

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o Grupo MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações. Seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, a companhia estabeleceu como pilares de atuação:

a) Bem-estar dos colaboradores

I. Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus);

b) Atendimento ao cliente

I. Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas à distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
III. Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;
II. Oferta dos cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funilarias Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundação MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres), desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram no ano de 2021 R\$ 7.932,2 bilhões, com aumento de R\$ 1.185,8 bilhões ou 17,6% em relação ao ano de 2020. O crescimento ocorreu principalmente, em função das carteiras de agronegócios com 40,3% de acréscimo e do segmento empresarial com 21,5% de crescimento respectivamente.

Sinistralidade

No ano de 2021, a sinistralidade apresentou índice de 69,1%, um aumento de 19,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento da sinistralidade foi notado nas carteiras de seguro de pessoas (Impacto COVID), automóvel (Impacto pela valorização dos veículos de acordo com a tabela FIPE e agronegócios (Impacto dos eventos climáticos ocorridos no ano).

Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,0%, aumento de 0,2p.p. em relação ao mesmo período de 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 187,8 milhões, redução de R\$ 124,8 milhões ou 39,9% em relação ao ano anterior.

Resultado do exercício

No ano de 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 133,5 milhões, redução de R\$ 90,5 milhões ou 40,4% inferior em relação ao ano anterior.

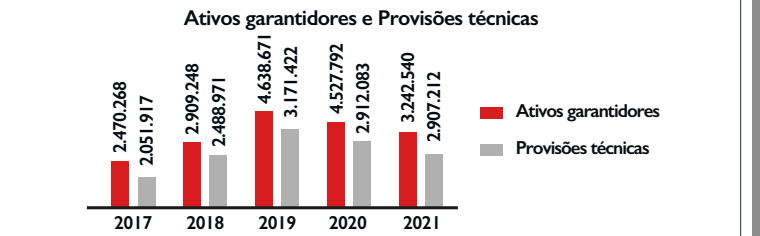
Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), em 2021 foi de 100,3%, aumento de 0,9p.p. em relação aos 99,4% do mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

Índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no ano de 2021 foi de 97,7%, aumento de 2,8p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.**Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2021, e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 803,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta

a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:

**Controles internos**

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas e que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com índices de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponível para receber relatos de índices de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração realinha o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo		7.965.082	6.710.056	Passivo		8.891.716	7.674.247
Circulante				Circulante			
Disponível	5	20.145	58.898	Contas a pagar		509.278	622.987
Caixa e bancos		20.145	58.898	Obrigações a pagar	15	314.872	441.872
Equivalente de caixa	5	40.073	31.573	Impostos e encargos sociais a recolher	16	150.257	133.831
Aplicações	6	545.802	802.827	Encargos trabalhistas		35.678	34.377
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.664.190	2.329.850	Impostos e contribuições	17	8.471	12.907
Prêmios a receber	7	2.398.504	2.200.755	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.110.900	1.193.024
Operações com seguradoras		23.477	5.993	Prêmios a restituir		10.522	7.048
Operações com resseguradoras	8a	242.209	123.102	Operações com seguradoras	18	16.674	82.990
Outros créditos operacionais	9	58.984	68.690	Operações com resseguradoras	8b	695.350	781.096
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	3.508.946	2.481.226	Corretoras de seguros e resseguros	19	321.198	226.102
Títulos e créditos a receber		392.451	337.770	Outros débitos operacionais	20	67.156	95.778
Títulos e créditos a receber	10a	222.512	168.773	Depósitos de terceiros	21	193.279	276.362
Créditos tributários e previdenciários	29b	144.754	145.072	Provisões técnicas - seguros	22	7.012.215	5.581.874
Outros créditos		25.185	23.925	Danos		6.766.469	5.343.839
Outros valores e bens		127.036	107.166	Pessoas		227.752	233.864
Bens à venda	11b	50.921	35.409	Vida		17.994	4.171
Outros valores	11c	76.115	71.757	Outros débitos	25	66.044	-
Despesas antecipadas		25.824	11.892	Débitos diversos		66.044	-
Custos de aquisição diferidos	12	583.631	480.154	Passivo não circulante		3.362.933	2.351.580
Seguros		583.631	480.154	Provisões técnicas - seguros	22	2.441.649	1.536.523
Ativo não circulante		6.714.891	6.059.487	Danos		2.121.452	1.314.676
Realizável a longo prazo		6.122.199	5.635.150	Pessoas		267.802	206.597
Aplicações	6	2.851.468	3.541.304	Vida		52.395	15.250
Créditos das operações com seguros e resseguros		99.638	41.469	Outros débitos		815.057	-
Prêmios a receber	7	99.638	41.469	Provisões judiciais	27	787.454	815.057
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	1.124.610	178.682	Débitos diversos	25	133.830	-
Títulos e créditos a receber		1.858.589	1.718.942	Patrimônio líquido	28	2.425.324	2.743.716
Créditos tributários e previdenciários	30b	1.053.667	916.844	Capital social		2.408.177	2.408.177
Depósitos judiciais e fiscais	27a	804.922	802.098	Reservas de capital		542	542
Outros valores e bens	11a	170.189	-	Reservas de reavaliação		397	397
Custos de aquisição diferidos	12	217.705	154.753	Reservas de lucros		180.050	243.922
Seguros		217.705	154.753	Ajustes de avaliação patrimonial		(163.842)	90.678
Investimentos		1.042	1.042				
Participações societárias		996	996				
Outros investimentos		46	46				
Imobilizado	13	64.686	55.113				
Imóveis de uso próprio		18.396	20.421				
Bens móveis		19.263	15.098				
Outras imobilizações		29.027	19.594				
Intangível	14	526.964	368.182				
Total do ativo		14.679.973	12.769.543	Total do passivo e patrimônio líquido		14.679.973	12.769.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

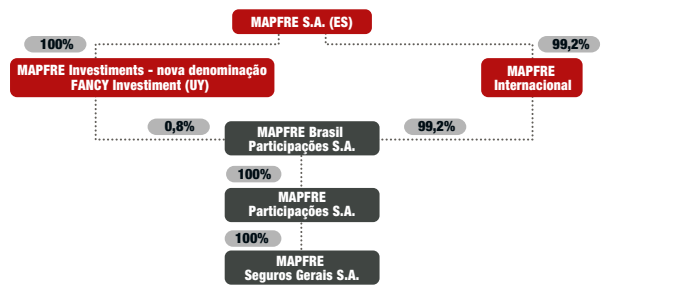
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.408.177	-	-	397	6.063	29.811	2.512.054
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	60.867	60.867
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	223.993	223.993
Reserva legal	-	-	-	11.200	-	(11.200)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	159.595	(159.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(53.198)	(53.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.408.177	497	45	397	78.264	165.658	3.068.676
Adoção inicial - CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	(9.086)	(9.086)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(254.520)	(254.520)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 31 de agosto de 2021	-	-	-	-	-	(156.572)	(156.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	133.491	133.491
Reserva legal	-	-	-	6.675	-	(6.675)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(31.705)	(31.705)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	95.111	(95.111)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.408.177	497	45	397	84.939	95.111	2.425.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e cossseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas realizadas pela administração as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às informações contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3k, 22 e 26 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados; • Notas 3b e 7 - Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável); • Notas 3l e 27 - Provisões judiciais; e • Notas 3p e 30 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos

requisitos sobre a contabilização de hedge. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está na fase de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não puderam ser dimensionados. O CPC 50 passará à vigor em 1º de janeiro de 2023. **g) Adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** A Seguradora adotou o CPC 06 (R2) no uso da abordagem retrospectiva modificada, pela qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de reserva de investimentos em 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, de 2020 são apresentadas conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. O impacto da transição da referida norma está resumido no quadro abaixo:

	1º de janeiro de 2021
Balanco patrimonial	
Ativo não circulante	</

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

2021 (Em milhares de Reais)

de nota útil do ativo subjacente que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, "o ativo de direito de uso" é periodicamente reduzido por perdas por redução de valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas realizações do passivo de arrendamento. O passivo "arrendamento" por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos esperados até o fim do contrato, considerados possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental de financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo "arrendamentos" é mensurado pelo custo amortizado, no uso do método dos juros efetivos. É reavaliado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação sobre o exercício de uma opção de compra, extensão ou rescisão do contrato ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é reavaliado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. d) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por dedução da depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando são associados a benefícios econômicos futuros e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada seguindo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13.

e) **Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e os canais de distribuição (canal affinity). As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas nos períodos em que os contratos são executados, em proporção à sua duração. A contabilidade seguindo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14 e o contrato de exploração de canal affinity, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. f) **Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos de seguro quando estes transferem o "risco significativo de seguro", definido quando possível benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. g) **Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas de seguros privados. A reserva de prêmios não pagos é calculada no presente, com base no risco efetivo. h) **Resseguro:** Resseguro operado pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, o risco anteriormente assumido. Na operação a Seguradora mitiga suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excedente e cede a um ressegurador parte ou a toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos junto a terceiros o que contribui para a segurança do mercado. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados no resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriados no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados no resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em estatísticas de ocorrência dos contratos de resseguro, em proporção à ocorrência, caso a caso, nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b ii. Os valores a receber e a pagar junto aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. i) **Custos de aquisição diferidos:** São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 23 meses. j) **Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A distribuição de prêmios e Ganhos - PPNG é constituída pela partilha do prêmio total, calculada pelo método "pro rata" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica de 24 meses que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo considerados os valores reclamados. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores consideram o intervalo entre a data da ocorrência e o aviso do sinistro, para definição da metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento dos sinistros avisados, que consiste em apurar os avisos referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e em que se desenvolveram e liquidaram aqueles observados em períodos de ocorrências anteriores. k) **Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015, e subsequentes alterações e Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e subsequentes alterações. A fechamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e identificados comercializados. O teste considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas e outras despesas atribuídas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a "estrutura a termo da taxa de juros" (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNeR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluídas as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado com a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o intervalo de 36 meses anterior ao presente balanço e o período de 36 meses seguinte ao presente balanço. O resultado da análise não indicou a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base. l) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável e a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes foram mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. m) **Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** São obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas com base na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. ii. **Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprez Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. **Outros benefícios pós-emprego:** Há custo do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. n) **Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. o) **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução de valor recuperável (impairidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. p) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de junho de 2021 foi material, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário, feito pela Seguradora. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. q) **Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

Região geográfica	Auto	Danos	Personas	Rural	Demais	Total
Centro Oeste	130.747	2%	47.022	1%	47.819	1%
Nordeste	245.548	3%	37.431	0%	20.913	0%
Norte	55.752	1%	24.542	0%	29.125	0%
Sudeste	2.104.875	27%	1.414.912	18%	1.413.507	17%
Total	452.297	6%	332.234	4%	143.895	2%
Total	2.989.219	39%	1.856.141	23%	1.655.259	20%

Região geográfica	Auto	Danos	Personas	Rural	Demais	Total
Centro Oeste	130.747	2%	37.348	1%	18.939	0%
Nordeste	245.548	4%	26.046	0%	12.427	0%
Norte	55.752	1%	11.236	0%	27.496	1%
Sudeste	2.104.875	38%	474.277	8%	573.792	10%
Total	452.297	8%	144.237	3%	106.746	2%
Total	2.989.219	53%	693.144	12%	561.263	100%

Região geográfica	Auto	Danos	Personas	Rural	Demais	Total
Centro Oeste	90.167	1%	36.213	1%	35.595	1%
Nordeste	173.408	3%	30.748	0%	19.196	0%
Norte	28.091	0%	16.483	0%	23.044	0%
Sudeste	2.103.650	92%	1.338.536	20%	983.111	15%
Total	355.777	5%	285.136	4%	114.127	2%
Total	2.751.093	41%	1.707.163	25%	1.236.385	18%

Região geográfica	Auto	Danos	Personas	Rural	Demais	Total
Centro Oeste	90.167	2%	32.155	1%	14.183	0%
Nordeste	173.408	3%	21.456	0%	13.499	0%
Norte	28.091	1%	10.367	0%	20.807	0%
Sudeste	2.103.650	43%	362.268	8%	44.167	10%
Total	355.777	7%	169.815	3%	58.239	2%
Total	2.751.093	56%	596.061	12%	606.795	12%

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R\$ 1.025) (R\$ 99.740 em 31 de dezembro de 2020).

(**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explorar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: a) **Sinistralidade:** simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da Seguradora, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. b) **Despesas administrativas:** simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da carteira, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2021		2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	(bruto de impostos)			
a. Sinistralidade	Aumento de 10% (507.969)	(270.261)		
b. Despesas administrativas	Aumento de 10% (88.143)	(88.143)		
c. Risco de crédito:				
Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:				
Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices foram canceladas. Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é a dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta às concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A., foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.				
Prêmio cedido aos resseguradores				

Rating	2021				2020			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA+	-	-	3.079	3.079	-	-	2.018	2.018
AA	-	20.789	1.870	22.659	9.978	18.736	1.150	29.864
A+	22.552	29.023	-	51.575	22.853	14.080	54	36.987
A	-	5.653	-	5.653	-	-	-	-
A-	628.833	328.368	11.420	968.621	218.441	176.739	69.748	464.928
A-	13.147	889.876	35.353	938.376	11.636	601.006	20.164	632.806
A-	271.250	-	8.736	279.986	693.132	-	536	693.668
Aa3	-	-	-	-	-	-	8.408	8.408
BRAAA	8.716	-	-	8.716	748	-	-	748
BRAAA+	19	-	-	19	-	-	-	-
Total	944.517	1.273.709	60.458	2.278.684	956.788	810.561	102.078	1.869.427

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguradores incluem o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito: Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um rating bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

Ativos financeiros - rating	2021			2020		
	AAA	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	3.196.314	-	3.196.314	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	1.304	1.304	-	-	-
Caixa/Contas a pagar/receber	-	(348)	(348)	-	-	-
Total	3.196.314	956	3.197.270	-	-	-

Ativos financeiros - rating	2021			2020		
	AAA	AA	A-	Sem rating	Total	
Títulos públicos de renda fixa (*)	4.261.626	-	-	-	4.261.626	
Certificados de depósito bancário - CDB	-	26.614	-	-	26.614	
Debêntures	14.856	-	12.567	-	27.423	

Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE			
	-	-	27.379
Ativos de fundos de investimentos			
Caixa/Contas a pagar/receber	-	1.190	140
Total	4.276.482	26.614	12.567

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 125.353 (R\$ 217.267 em 31 de dezembro de 2020) com lastro em títulos públicos.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece limites de fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021, de 14 de julho de 2021, estabeleceu novo critério para o Risco de Liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para MAPFRE, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo.

Administração e Diretoria da MAPFRE S.A. • Comitê de Investimentos: tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e a estatística dos retornos econômicos financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE, e **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de Subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de sinistros adequadamente avaliados e registrados no valor contábil do ativo líquido excedam o valor pago. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de Riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)		2021		2020	
Região	%	Região	%	Região	%
Centro Oeste	1%	Centro Oeste	1%	Centro Oeste	1%
Nordeste	0%	Nordeste	0%	Nordeste	0%
Norte					

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)**

as seguradoras deverão implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • PCN. No caso da MAPFRE, conforme admitido por esta Resolução, foram considerados também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • TI e • ASG. Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho Interno, com representantes de diferentes áreas onde é avaliado o impacto da normativa e estabelecidos planos de ação para a sua total implementação. Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidas. Adicionalmente, implementaremos a Resolução considerando o SCIEGR unificados incluindo a MAPFRE RE, considerando que está última faz parte do mesmo grupo Prudencial da MAPFRE. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantidade de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR. A partir de dezembro de 2021 passa a vigorar a Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR. A Seguradora está apresentando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	2.425.324	2021	2020
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(996)	20.145	58.898
Despesas antecipadas	(25.824)	40.773	31.573
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(646.364)		
Créditos tributários - diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(217.954)		
Ativos intangíveis	(526.954)		
Obras de arte	(34)		
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(4.181)		

Títulos	Vencimento				Ativos					Total			
	Hierarquia valor justo a	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem contabilização de valor	Valor		Ajuste ao valor			%		
						contábil	de curva	valor	justo			31/12/2021	% 31/12/2020
(A)	(B)	(C)	(D)	(E) (E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)	(I)			
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1	274.850	9%	575.161	13%	
Fundos de investimentos	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1	274.850	100%	575.161	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	48.448	87.352	11.949	1	147.749	147.740	9	147.749	54%	261.986	46%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	2	—	2	2	—	2	0%	—	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	—	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	73.756	13%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	19.701	3%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	651	139	—	—	790	798	790	(8)	790	217.267	38%	
Quotas de fundos de investimentos	2	—	—	—	1.304	1.304	1.304	1.304	—	1.304	0%	1.190	0%
Operações compromissadas (*)	2	69.693	—	55.660	—	125.353	125.353	125.353	—	125.353	46%	1.362	0%
Caixa/contas a pagar/receber	2	—	—	—	(348)	(348)	(348)	(348)	—	(348)	0%	(101)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	84.115	2.034.880	—	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)	2.118.995	66%	2.867.281	66%	
Carteira administrada	—	84.115	2.034.880	—	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)	2.118.995	100%	2.867.281	100%	
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	26.614	1%	
Debêntures	2	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	27.423	1%	
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	27.379	1%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	7.049	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	84.115	2.034.880	—	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)	2.118.995	100%	2.778.816	97%
Ativos mantidos até o vencimento	270.952	129.086	403.387	—	803.425	803.425	849.495	46.070	803.425	25%	901.689	21%	
Fundos de investimentos	270.952	129.086	403.387	—	803.425	803.425	849.495	46.070	803.425	100%	901.689	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	611.738	68%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	—	129.086	—	—	129.086	129.086	127.403	(1.683)	129.086	16%	264.076	29%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	—	—	—	—	—	—	—	—	0%	25.875	3%	
Total	389.744	300.692	2.505.878	956	3.197.270	3.470.339	3.243.340	(226.999)	3.197.270	100%	4.344.131	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento é obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Taxa de juros contratada	2021		2020	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	—	—	100% CDI	100% CDI
Debêntures	—	—	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,5 a.a.
Debêntures	—	—	111,5%	111,5%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	—	—	102% CDI	102% CDI
Títulos da dívida agrária - TDA	10,03%	8,62%	10,03%	8,62%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	—	—	9,27%	6,99%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	3,36%	7,62%	4,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	—	—	4,84%	4,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	11,16%	6,17%	12,90%	6,17%
Operações compromissadas - LTN - O(*)	9,11%	9,11%	1,88%	1,88%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

Valor justo por meio do resultado	2021		2020	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Disponíveis para venda	575.161	2.948.620	(3.322.750)	—
Mantidos até o vencimento	901.689	97.275	(612.022)	(424.201)
Total	4.344.131	3.045.895	(4.095.637)	(424.201)
2021	327.082	3.197.270		
2020	317.082	3.197.270		

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(937)	93.700	(93.593)	—	Acima de 360 dias

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2021				2020			
	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperável a receber	Prêmios líquidos a receber
Automóvel	1.205.551	(34.756)	1.170.795	1.013.706	(24.846)	988.860	1.205.551	(34.756)
Patrimonial	486.360	(9.633)	476.727	556.648	(16.269)	540.379	486.360	(9.633)
Rural	207.431	(5.792)	201.639	174.475	(4.432)	170.043	207.431	(5.792)
Aeronáuticos	213.111	(5.706)	207.405	202.320	(13.649)	188.581	213.111	(5.706)
Microseguros	28.248	(2.001)	26.247	44.913	(6.993)	37.920	28.248	(2.001)
Riscos financeiros	54.750	(936)	53.814	50.673	(1.157)	49.516	54.750	(936)
Pessoas coletivas	54.313	(5.236)	49.077	51.677	(3.545)	48.132	54.313	(5.236)
Riscos especiais	34.718	—	34.718	30.207	—	30.207	34.718	—
Marítimos	49.462	(1.510)	47.952	66.510	(5.373)	61.137	49.462	(1.510)
Responsabilidades	40.100	(1.925)	38.175	32.014	(2.453)	29.561	40.100	(1.925)
Habitacional	995	(90)	905	1.621	(1.012)	693	995	(90)
Demais ramos	205.858	(15.170)	190.688	110.353	(13.154)	97.199	205.858	(15.170)
Total	2.580.897	(82.755)	2.498.142	2.335.007	(92.783)	2.242.224	2.580.897	(82.755)

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3b.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

Saldo inicial	2021		2020	
	2.242.224	2.124.137	2.242.224	2.124.137
(+) Prêmios emitidos	9.219.898	9.032.342	9.219.898	9.032.342
(+) IOF	461.268	436.097	461.268	436.097
(+) Adicional de fracionamento	—	2.418	—	2.418
(-) Prêmios cancelados	(1.072.024)	(1.891.315)	(1.072.024)	(1.891.315)
(-) Recebimentos	(8.365.670)	(7.454.386)	(8.365.670)	(7.454.386)
(-) Redução/(Aumento) ao valor recuperável	10.028	(7.242)	10.028	(7.242)
Saldo final	2.498.142	2.242.224	2.498.142	2.242.224

c) Composição por prazo de vencimento

A vencer até 30 dias	2021		2020	
	860.629	869.461	860.629	869.461
A vencer de 31 a 60 dias	304.891	401.365	304.891	401.365
A vencer de 61 a 120 dias	478.066	397.919	478.066	397.919
A vencer de 121 a 180 dias	297.334	210.990	297.334	210.990
A vencer de 181 a 365 dias	312.691	190.144	312.691	190.144
A vencer acima de 365 dias	99.638	41.469	99.638	41.469
Total a vencer	2.353.249	2.111.367	2.353.249	2.111.367
Vencidos até 30 dias	85.860	86.210	85.860	86.210
Vencidos de 31 a 60 dias	43.175	23.808	43.175	23.808
Vencidos de 61 a 120 dias	10.219	12.284	10.219	12.284
Vencidos de 121 a 180 dias	2.326	2.525	2.326	2.525
Vencidos de 181 a 365 dias	1.982	4.184	1.982	4.184
Vencidos acima de 365 dias	1.331	1.846	1.331	1.846
Total vencidos	144.893	130.857	144.893	130.857
Total	2.498.142	2.242.224	2.498.142	2.242.224

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 33 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 282 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESEGUADORAS E ATIVOS DE RESEGUO

Ativo	2021	2020
Recuperação de sinistros	260.642	166.161
Redução ao valor recuperável - RVR	(18.433)	(43.059)
Total	242.209	123.102

Provisão de sinistros a liquidar - PSL	2021	2020
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	3.291.379	1.474.118
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	145.705	139.250
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	153.068	152.861
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	973.185	819.326
Provisão de despesas relacionadas - PDR	70.219	74.363
Total	4.633.55	

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de benefícios a conceder - PMBAC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	2021
Provisões técnicas - seguros							Total
Saldo Inicial	3.443.873	-	2.671.262	440.054	424.258	138.950	7.118.397
Constituições	7.932.163	-	30.366	278.710	297.737	60.305	8.599.289
Diferimento pelo risco decorrido	(7.341.404)	-	-	-	-	-	(7.341.404)
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	6.746.361	-	3.069.908	-	132.764	-	10.228.033
Constituições	-	-	(3.878.303)	-	(202.505)	-	(4.080.808)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	2.339.313	-	-	-	2.339.313
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	29.515	-	2.688.338	-	5.146	-	302.999
Constituições	-	-	(13.944)	(336.354)	(340.176)	(67.811)	(758.289)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	3.443.873	440.054	424.258	138.950	9.453.864
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	4.064.147	-	3.069.907	389.433	412.978	85.403	7.609.640
Constituições	6.746.361	-	60.592	291.646	173.207	123.697	7.395.703
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	(6.955.097)
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	2.594.423	-	124.193	-	2.718.616
Constituições	-	-	(4.083.079)	-	(192.374)	(249)	(4.275.702)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	879.605	-	69.942	-	949.547
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	184.467	-	1.173	-	185.640
Constituições	-	-	(29.833)	(241.025)	(161.927)	(73.284)	(506.072)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	3.443.873	2.671.262	440.054	424.258	138.950	-	7.118.397

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	2020
Provisões técnicas - seguros							Total
Saldo Inicial	3.055.987	-	389.433	412.978	85.403	252	7.609.640
Constituições	6.746.361	-	291.646	173.207	123.697	-	7.395.703
Diferimento pelo risco decorrido	(6.955.097)	-	-	-	-	-	(6.955.097)
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	2.594.423	-	124.193	-	2.718.616
Constituições	-	-	(4.083.079)	-	(192.374)	(249)	(4.275.702)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	879.605	-	69.942	-	949.547
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	184.467	-	1.173	-	185.640
Constituições	-	-	(29.833)	(241.025)	(161.927)	(73.284)	(506.072)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	3.443.873	2.671.262	440.054	424.258	138.950	-	7.118.397

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	2021
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	919.326	-	152.861	139.250	74.363	2.659.918	6.088.018
Constituições	2.248.367	-	211.486	367.019	-	-	2.826.872
Diferimento pelo risco decorrido	(2.123.316)	-	-	-	-	-	(2.123.316)
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	2.400.442	-	60.540	-	2.460.982
Constituições	-	-	(757.100)	-	(64.989)	-	(822.089)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	173.919	-	305	-	203.032
Constituições	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	973.185	3.291.379	153.068	145.705	70.219	-	4.633.556

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	2020
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	606.823	-	142.332	134.308	44.331	2.788.740	3.242.006
Constituições	1.892.489	-	961.317	380.276	-	-	3.234.082
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	-	-	-	-	-	(1.676.166)
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	731.784	-	84.866	-	816.650
Constituições	-	-	(1.259.508)	-	(43.519)	-	(1.303.027)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	-	-	140.896	-	(11.315)	-	125.761
Constituições	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							Total
Saldo Inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	-	2.659.918

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.665.049 (R\$ 892.824 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.030.772 (R\$ 135.511 em 31 de dezembro de 2020).

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro cedido.

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Bruto de resseguros							
Montante estimado para os sinistros	25.481.124	3.446.106	3.558.853	3.432.632	3.202.940	4.053.783	4.053.783
Incórridos em 31.12.2021	25.617.707	3.832.860	3.893.664	3.634.003	3.734.969	-	3.734.969
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	606.823	-	-	-	-	-	606.823
Constituições	1.892.489	-	-	-	-	-	1.892.489
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	-	-	-	-	-	(1.676.166)
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	-	2.659.918

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.665.049 (R\$ 892.824 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.030.772 (R\$ 135.511 em 31 de dezembro de 2020).

24. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante de sinistros pagos							
No ano do aviso	18.583.456	2.317.821	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.642.269	2.642.269
Um ano após o aviso	23.687.027	3.028.623	3.292.468	3.295.215	3.049.205	-	3.049.205
Dois anos após o aviso	24.494.865	3.394.075	3.657.202	3.451.246	-	-	3.451.246
Três anos após o aviso	24.979.267	3.512.785	3.741.977	-	-	-	3.741.977
Quatro anos após o aviso	25.325.226	3.553.857	-	-	-	-	3.553.857
Cinco anos ou mais após o aviso	25.565.392	-	-	-	-	-	25.565.392
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	606.823	-	-	-	-	-	606.823
Constituições	1.892.489	-	-	-	-	-	1.892.489
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	-	-	-	-	-	(1.676.166)
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-
Constituições	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas - resseguros							
Saldo Inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	-	2.659.918

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.665.049 (R\$ 892.824 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.030.772 (R\$ 135.511 em 31 de dezembro de 2020).

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

	2021	2020
a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda		
Provável	2.491	586.109
Possível	6.801	2.504.931
Remota	728	122.047
Total	10.020	3.213.087

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	Ano do aviso do sinistro						
	Quantidade	2017	2018	2019	2020	2021	Total
De 1992 a 2000	17	-	-	-	-	-	17
De 2001 a 2005	33	-	-	-	-	-	33
De 2006 a 2010	203	-	-	-	-	-	203
De 2011 a 2015	525	-	-	-	-	-	525
De 2016 a 2021	9.242	-	-	-	-	-	9.242
Total	10.020	-	-	-	-	-	10.020

O prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 52 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2021	2020
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	248.119	219.604
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente, e que se encontram provisionadas	285.086	283.288
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	57.193	26.704
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	42.895	8.653

27. PROVISÕES JUDICIAIS

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	47.775	57.859	6.253	10.696
Fiscais	699.042	704.867	10.642	5.325
PIS/COFINS (Receitas financeiras)	630.878	619.685	740.382	727.274
PIS/COFINS (Multa de mora)	-	-	18.069	17.651
PIS/COFINS (Outros)	14.652	14.462	8.328	8.194
CSLL	353	345	2.982	2.944
Outros	53.159	70.375	8.830	283
Total	787.454	815.507	795.486	793.577

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 9.436 (R\$ 8.521 em 31 de dezembro de 2020).

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhistas, fiscais e cíveis por probabilidade de perda

